


Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques nas jurisprudências dos tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA


1. Lei que alterou a base de cálculo do adicional de periculosidade deve ser aplicada aos contratos de trabalho em curso a partir de sua vigência.

 O TRT havia considerado que a alteração da base de cálculo só se aplicaria aos contratos posteriores, e condenou a empresa ao pagamento das diferenças, o TST reformou a decisão.


✦ **Relevância:** A decisão se baseou no julgamento de incidente de recurso repetitivo (Tema 23), decidiu que a Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) tem aplicação imediata aos contratos de trabalho em curso. Para o TST não se pode negar a aplicação da nova lei aos contratos que, embora iniciados antes da sua vigência, continuam regendo relações de emprego.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/engenheiro-eletricista-contratado-em-2005-tera-adicional-de-periculosidade-calculado-sobre-salario-base>


2. Trabalhador será indenizado por não ter sido contratado após fazer exames admissionais

 Empregador deve indenizar trabalhador por ter frustrado sua contratação após os exames admissionais e a entrega de documentos.

✦ **Relevância:** Foi ressaltado que o empregador demonstrou nítida intenção de contratá-lo, ao pedir a documentação necessária, inclusive para a abertura de conta-salário, e indicar a clínica para o exame admissional. Nesse sentido, ao desistir da contratação, o relator entendendo que a empresa “ofendeu o dever de lealdade e boa-fé, pois o trabalhador teve a real expectativa de firmar o novo vínculo empregatício”.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/pedreiro-sera-indenizado-por-nao-ter-sido-contratado-apos-fazer-exames-admissionais>


3. Empregador é condenado a pagar indenização milionária a ex-funcionário por criação de softwares

 O TST entendeu que a empresa, ao aceitar as criações por tanto tempo e lucrar com elas, gerou no trabalhador uma legítima expectativa de compensação, caracterizando um ajuste tácito.

📌 **Relevância:** A decisão destaca que a presunção de que os programas pertencem ao empregador não afasta a possibilidade de compensação financeira ao empregado.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/telefonica-deve-pagar-r-15-milhao-a-analista-por-criacao-de-softwares>


4. Empresa é condenada por assédio moral organizacional

 O TST condenou a empresa ao pagamento de indenização pela conduta de expor empregados com faltas justificadas, injustificadas e atrasos. Tal conduta não pode ser enquadrada como ferramenta de gestão do processo de produção, como se tentou defender.

📌 **Relevância:** A decisão enquadrou a prática como uma forma de “gestão por estresse”, em que se cria um ambiente de trabalho hostil, estimulando a competitividade e encobrendo uma pressão psicológica implícita.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/industria-aeronautica-e-condenada-por-expor-quadro-de-empregados-faltosos>


5. Dispensa imotivada de concursada celetista anulada

 TST anulou em ação rescisória dispensa imotivada de servidora concursada em estágio probatório.


📌 **Relevância:** O colegiado destacou que a obrigação de motivar o ato de dispensa também vale para celetistas concursados.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/tst-anula-dispensa-imotivada-de-servidora-concursada-celetista-em-estagio-probatorio>


6. Manutenção de vínculo após abandono de emprego

 TRT-15 negou pedido de trabalhadora para manutenção de vínculo e alegação de limbo previdenciário após inércia de 5 anos.

✦ **Relevância:** O colegiado concluiu que não se tratava de limbo previdenciário, pois não havia qualquer prova de impedimento para o seu retorno ao trabalho após a alta médica, tendo a trabalhadora deixado de receber salários por não se apresentar ao trabalho.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/trabalhadora-pede-manutencao-de-vinculo-apos-abandono-de-emprego-por-mais-de-cinco>


7. TRF-3 decide desocupação de 93 hectares no Parque Nacional da Serra da Bocaina

 O TRF-3 determinou a desocupação de 93,4 hectares no interior do Parque Nacional da Serra da Bocaina, em São José do Barreiro (SP), conforme ação movida pela Advocacia-Geral da União (AGU) e ICMBio, sendo aplicada a Súmula 619 do STJ, que estabelece que a ocupação de bem público sem título gera apenas detenção precária, sem proteção jurídica de retenção ou indenização. A decisão foi tomada porque o ocupante não comprovou título de propriedade, sendo considerado mero detentor, o que implica desocupação sem direito a indenização por benfeitorias.

✦ **RELEVÂNCIA:** O caso sublinha que ocupações rurais em áreas de unidades de conservação podem acabar em despejo, mesmo que haja uso antigo ou alegações de posse de fato, ressaltando a importância de ter documentação fundiária clara e regularizada para evitar passivos que resultem em desocupação e prejuízos sem indenização.

 <https://www.conjur.com.br/2025-set-09/trf-3-ordena-desocupacao-de-93-hectares-do-parque-da-serra-da-bocaina/>

8. TJSP mantém validade de TAC ambiental e condena coproprietária por descumprimento de obrigações


 O TJSP confirmou sentença que reconheceu o descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado para recuperação de áreas degradadas em propriedade rural. A corte destacou que a responsabilidade ambiental é solidária e *propter rem*, alcançando todos os coproprietários, ainda que não tenham assinado diretamente o termo e, ainda, que as obrigações previstas no TAC não foram integralmente cumpridas, permanecendo pendências de recomposição e de regularização no CAR.

✦ **RELEVÂNCIA:** A decisão alerta produtores sobre os riscos de descumprir TACs ambientais, que geram execução direta e obrigações de recomposição. Demonstra que

coproprietários ou sucessores também respondem solidariamente, reforçando a importância da regularização ambiental (reserva legal, APP e CAR) para evitar passivos que afetam a atividade agropecuária.

 [1000714-06.2018.8.26.0456](#)


9. TJSP mantém condenação por construção irregular em APP e responsabiliza Município por omissão na fiscalização

 O TJSP confirmou sentença que determinou a demolição de edificação construída em área de preservação permanente no município de São Sebastião, além da recuperação da vegetação nativa. A corte afastou alegações de nulidade processual e reconheceu a responsabilidade solidária do município pela omissão na fiscalização, definindo que não cabe regularização da construção em APP e que a reparação ambiental é obrigatória.

✦ **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforça que construções ou atividades em APP sem licença ambiental resultam em demolição e recomposição integral da área, sem possibilidade de “fato consumado”.

 [1000141-26.2019.8.26.0587](#)

10. TJSP mantém obrigação do Município de São Paulo de reabilitar área contaminada por gás metano

 O TJSP negou recurso do Município de São Paulo e manteve decisão que obriga a descontaminação de área atingida por gás metano, anteriormente ocupada por centro de acolhida. A corte destacou que a responsabilidade ambiental é objetiva, solidária e de natureza *propter rem*, não sendo afastada pela mudança de destinação do imóvel para habitação popular, reforçando o dever de reabilitação integral da área, independentemente do uso futuro.


✦ **RELEVÂNCIA:** O acórdão reafirma que a obrigação de reparar passivos ambientais é vinculada ao imóvel, atingindo atuais e futuros ocupantes, o que é essencial para produtores rurais atentos a passivos ambientais em propriedades adquiridas ou arrendadas.

 [2245310-40.2025.8.26.0000](#)

11. TJSP confirma responsabilidade de Município para recuperar área de manguezal degradada




SINDICATOS
RURAIS

 O TJSP manteve a condenação do Município de Guarujá a elaborar e executar um Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD) em manguezal impactado pela construção irregular de um muro. A corte afastou alegações de incompetência da Justiça Estadual e de ilegitimidade passiva, reconhecendo a responsabilidade solidária do Município pela reparação do dano ambiental, reafirmado que a teoria do fato consumado não se aplica em matéria ambiental.

✦ **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforça que Municípios podem ser responsabilizados solidariamente por danos ambientais mesmo em áreas federais, não havendo flexibilização para ocupações irregulares em APPs, sendo obrigatória a recomposição ambiental

 [1008160-41.2022.8.26.0223](#)

12. TRF3 aplica entendimento do STJ sobre cumulação de obrigações em caso de dano ambiental em APP

 A 6ª Turma do TRF3 julgou ação civil pública sobre ocupação irregular em área de preservação permanente às margens de rio. Os réus foram condenados a demolir construções e reflorestar a área, com a indenização pecuniária a ser fixada após perícia técnica na fase de liquidação, ressaltando que o Tribunal aplicou a Súmula 629 do STJ, que reconhece a possibilidade de cumular obrigação de fazer, não fazer e indenizar em casos de dano ambiental

✦ **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforça que atividades em APPs podem gerar condenações simultâneas (demolição, reflorestamento e indenização), o que impacta diretamente produtores rurais. Destaca-se a exigência de perícia técnica para quantificar danos, reforçando a necessidade de regularização fundiária e cuidados com uso do solo próximo a rios.

 [0009088-83.2013.4.03.6112](#)